

A COMUNIDADE QUE SUSTENTA A AGRICULTURA, SEGUNDO OLHAR DE AGRICULTORES E CONSUMIDORES DE FEIRAS AGROECOLÓGICAS DE ARACAJU, SERGIPE

Rita de Cássia Lisboa Ribeiro¹

 <https://orcid.org/0000-0002-0000-1404>

Kiriaque Barra Ferreira Barbosa²

 <https://orcid.org/0000-0002-2794-9561>

Andhressa Araújo Fagundes³

 <https://orcid.org/0000-0003-4085-3270>

RESUMO

A conformação atual do sistema alimentar mundial tem promovido padrões de produção e consumo cada vez mais padronizados, colocando em risco a soberania dos povos. Diante deste cenário, a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), movimento pautado na agricultura de base ecológica, surgiu para contribuir com a garantia da Soberania e da Segurança Alimentar e Nutricional, melhorar os hábitos alimentares dos consumidores e fortalecer a agricultura local. Este artigo analisa o olhar de agricultores familiares e consumidores de feiras agroecológicas em uma capital no Nordeste brasileiro sobre a CSA. O estudo qualitativo realizou entrevistas semiestruturadas nas feiras agroecológicas junto a sete agricultores familiares e dez consumidores. Os resultados mostraram a vulnerabilidade social e financeira dos agricultores familiares, que enxergam na CSA uma oportunidade de segurança e renda. Os consumidores que apresentaram melhor *status* econômico têm perspectivas relacionadas a interesses de saúde, justiça social e solidariedade. Agricultores e consumidores desconheciam o movimento da CSA, e, mesmo aqueles que afirmaram conhecê-lo, não souberam descrevê-lo adequadamente. Após esclarecido, todos afirmaram o interesse em participar de uma CSA. Foram destacados como possíveis dificuldades a serem enfrentadas em um modelo de CSA o acompanhamento do processo de produção dos alimentos, o diálogo entre os atores envolvidos e o risco de perder dinheiro. Conclui-se que a CSA tem espaço para crescimento em Sergipe, tanto pelos agricultores quanto pelos consumidores.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional. Agricultura Sustentável. Economia Solidária. Responsabilidade Social. Alimentos Orgânicos.

COMMUNITY SUPPORTED-AGRICULTURE FROM THE PERSPECTIVE OF FARMERS AND CONSUMERS OF AGROECOLOGICAL FAIRS IN ARACAJU, SERGIPE

ABSTRACT

The current configuration of the world food system has promoted increasingly similar patterns, putting the sovereignty of people at risk. In this scenario, the Community that Sustains Agriculture (CSA), a movement based on ecologically-based agriculture, emerged to contribute to guaranteeing Food Sovereignty and Food and Nutritional Security (SSAN), improving the eating habits of consumers, and strengthening local agriculture. The article assesses the perspective of family farmers and consumers of agroecological fairs in northeastern Brazil about CSA. The qualitative study was carried out through semi-structured interviews at agroecological fairs with seven family farmers and ten consumers. The results showed the social and financial vulnerability of family farmers, who see

¹ Mestre. Universidade Federal de Sergipe. cassialisboar@gmail.com.

² Doutora. Docente na Universidade Federal de Sergipe. kiribarra@yahoo.com.br.

³ Doutora. Docente na Universidade Federal de Sergipe. afagundes16@gmail.com.

the CSA as an opportunity for security and income. Consumers, who have better economic status, have perspectives related to health, social justice, and solidarity interests. Farmers and consumers were unaware of the CSA movement, and even those who claimed to know it did not know how to adequately describe it. After clarification, all stated their interest in participating in a CSA. As possible difficulties to be faced in a CSA model, monitoring of the food production process, dialogue between the actors involved, and the risk of losing money were highlighted. It is concluded that CSA has room for growth in Sergipe, both by farmers and consumers.

Keywords: Food and Nutritional Security. Sustainable Agriculture. Solidarity Economy. Social Responsibility. Organic Food.

LA COMUNIDAD QUE SUSTENTA LA AGRICULTURA SEGÚN LA PERSPECTIVA DE AGRICULTORES Y CONSUMIDORES DE FERIAS AGROECOLÓGICAS DE ARACAJU, SERGIPE

RESUMEN

La configuración actual del sistema alimentario mundial ha promovido patrones de producción y consumo cada vez más estandarizados, poniendo en riesgo la soberanía de los pueblos. Ante este escenario, surgió la Comunidad que Sustenta la Agricultura (CSA), un movimiento basado en la agricultura de base ecológica, para contribuir a la garantía de la Soberanía y la Seguridad Alimentaria y Nutricional, a mejorar los hábitos alimentarios de los consumidores y a fortalecer la agricultura local. El artículo analiza la visión de agricultores familiares y consumidores de ferias agroecológicas en una capital del Nordeste brasileño sobre la CSA. El estudio cualitativo realizó entrevistas semiestructuradas en ferias agroecológicas con siete agricultores familiares y diez consumidores. Los resultados mostraron la vulnerabilidad social y financiera de los agricultores familiares, que ven en la CSA una oportunidad de seguridad e ingresos. Los consumidores, que mostraron mejor situación económica, tienen perspectivas relacionadas con la salud, la justicia social y los intereses solidarios. Los agricultores y los consumidores desconocían el movimiento CSA, e incluso aquellos que decían conocerlo no sabían cómo describirlo adecuadamente. Después de la aclaración, todos expresaron su interés en participar en un CSA. El seguimiento del proceso de producción de alimentos, el diálogo entre los actores involucrados y el riesgo de perder dinero se destacaron como posibles dificultades a enfrentar en un modelo CSA. Se concluye que CSA tiene espacio para crecer en Sergipe, tanto por parte de agricultores como de consumidores.

Palabras clave: Seguridad Alimentaria y Nutricional. Agricultura Sostenible. Economía Solidaria. Responsabilidad Social. Alimentos Orgánicos.

INTRODUÇÃO E ELEMENTOS TEÓRICOS

O avanço do agronegócio e da indústria de alimentos direcionaram a conformação atual do sistema alimentar mundial e têm promovido modelos alimentares cada vez mais globalizados, colocando em risco a soberania dos povos. Esta globalização alimentar impõe grandes limitações para o cumprimento da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN).

Nos séculos passados, havia cerca de sete mil espécies de plantas e animais para a alimentação. Entretanto, a partir da década de 40, iniciou-se a devastação desta diversidade, de modo que, atualmente, apenas 15 variedades de vegetais e oito de animais representam cerca de 90% do abastecimento mundial (Strate *et al.*, 2020). Essa limitada variedade de vegetais, em sua maioria

cultivada a partir de sementes transgênicas e com elevado uso de agrotóxicos (Esteve, 2017), compromete a biodiversidade que é fundamental para a garantia da SSAN, cujas premissas incluem a preservação da cultura e a tradição alimentar dos povos.

O consumo de alimentos com alta presença de agrotóxicos traz impactos nocivos à saúde da população (Brasil, 2015). A grande toxicidade dos pesticidas, em exposição e consumo de longo prazo, podem propiciar o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis como cânceres, distúrbios endócrinos, neurológicos e mentais (Carneiro *et al.*, 2015).

Outro importante problema é o aumento substancial da produção de grãos, sobretudo no que diz respeito à destinação desses alimentos, que, majoritariamente, são para consumo animal. Ademais, para além dos diversos privilégios frente à agricultura familiar, o sistema agroindustrial conta com grandes subsídios governamentais, isenção fiscal e apoio midiático (Wojcichoski; Guerin; Salvagni, 2021).

Nesse contexto, observa-se grande vulnerabilidade, tanto financeira, quanto de comercialização, transporte e distribuição dos alimentos por parte dos pequenos produtores, cuja produção é majoritariamente direcionada ao consumo humano. Este cenário resulta no afastamento dos consumidores sobre o processo de produção no modelo agroindustrial (Mollers, 2014), seja por compreender o alimento como mercadoria ou por limitações na rotina, contribuindo com a redução da SSAN.

Por outro lado, os modelos agroecológicos têm ganhado espaço em todo o mundo, respeitando a SSAN. Trata-se de uma ciência que estuda meios de produção agrícola de base ecológica, pautados no desenvolvimento rural com ideais da sustentabilidade, dentro de uma perspectiva social, local e camponesa (Souza; Santos; Bezerra, 2012).

Diante desse cenário, surgiu no Japão e na Europa, na década de 70, a partir de um grupo de mulheres alarmadas com o crescente envenenamento por pesticidas, uma iniciativa chamada *Teikei* (Vasquez *et al.*, 2017). Trata-se de um movimento social empenhado em estabelecer comunicação direta entre os agricultores e os consumidores, por meio de um acordo contratual de corresponsabilidade, em que o consumidor fornece antecipadamente o capital ao agricultor. Essa condição permite que os agricultores planejem a produção com um mercado já garantido (Cone; Myhre, 2000; Soil Association, 2012).

Posteriormente este movimento foi intitulado nos Estados Unidos de *Community-Supported Agriculture* (Comunidade que Sustenta a Agricultura – CSA), cresceu e ficou mundialmente conhecido (Mollers, 2014; Vasquez *et al.*, 2017). Com a sua evolução, atualmente existem diferentes modelos de assinatura da CSA, em que são distribuídas caixas de alimentos produzidos de forma sustentável, semanalmente, mensalmente ou trimestralmente, a partir de contratos virtuais (Perez; Brown; Miles, 2005; Soil Association, 2012).

Ainda há limitações na expansão da CSA em alguns países. No Brasil, as iniciativas de CSA começaram a partir de 2011 e, atualmente, é possível encontrar modelos espalhados nas cinco regiões do país (CSA Brasil, 2022). No entanto, devido à grande extensão territorial, nota-se uma distribuição desigual do CSA entre estas regiões: no Nordeste, onde há maior concentração de estabelecimentos de agricultura familiar (EMBRAPA, 2013), contraditoriamente, há um número mais restrito de CSA. São cerca de 33, em funcionamento ou em processo de criação, enquanto o Sudeste conta com mais de 130 CSA (CSA Brasil, 2022).

Em vista disso, a realização desta pesquisa justifica-se pela necessidade e importância de ampliar ações de desenvolvimento agrícola sustentável como a CSA no Nordeste, a fim de contribuir com a Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional dos consumidores, bem como a sobrevivência e o fortalecimento dos agricultores familiares locais diante de um cenário de avanço desmedido do agronegócio. Desse modo, o objetivo do estudo é conhecer o olhar de agricultores que atuam no estado de Sergipe e consumidores de feiras agroecológicas da capital Aracaju sobre a Comunidade que Sustenta a Agricultura, bem como caracterizar o perfil socioeconômico desses atores.

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, realizada com agricultores familiares de base agroecológica e consumidores, no estado de Sergipe, Nordeste do Brasil. Os participantes foram selecionados pela técnica de amostragem intencional.

A seleção do público foi realizada a partir da busca direta nas feiras agroecológicas locais, com delimitação às da capital, Aracaju, por ser o centro urbano com maior concentração dessas feiras e local onde encontram-se agricultores de diversos municípios. Para tanto, foi realizado o levantamento de todas as feiras da agricultura familiar do estado, com local, dia e horário de cada uma das delas.

Ao chegar às feiras, os pesquisadores apresentavam-se ao público-fim, descrevendo brevemente a pesquisa e convidando-os a participar por meio de uma entrevista gravada por áudio. A coleta de dados ocorreu entre fevereiro e março de 2020.

Para a coleta dos dados, foi elaborado um roteiro semiestruturado. As informações socioeconômicas foram elaboradas com base na Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP, 2019). Para os agricultores foram incluídas questões relacionadas à produção e comercialização de alimentos, tais como alimentos mais produzidos e comercializados, recebimento de incentivos financeiros do governo, participação de grupos de organização social, entre outras. As perguntas basearam-se no Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017) e em textos publicados na literatura sobre o tema.

Foram incluídas perguntas sobre renda familiar, número de pessoas na família, escolaridade do entrevistado e oferta de serviços públicos na região. Ao final de todos os questionários havia perguntas sobre o conhecimento de CSA, possibilidade de definição de custos e alimentos produzidos em conjunto, além de interesse em participar de uma CSA.

A coleta dos dados foi realizada por três estudantes de mestrado e uma estudante de graduação em nutrição, previamente treinados para garantir a padronização em todo o percurso de aplicação da entrevista. Devido à pandemia provocada pelo COVID-19 e a consequente necessidade de isolamento social, houve também a realização de uma entrevista remota, por meio de chamada de vídeo, respeitando as técnicas do método da pesquisa.

Para a caracterização da população estudada e análise dos dados quantitativos referentes às questões socioeconômicas, demográficas, de produção e comercialização, foram utilizados elementos da estatística descritiva: prevalências e medidas de tendência central, através do SPSS versão 25. Para a análise dos dados qualitativos, foi utilizado o *software* NVivo 12, que fornece ferramentas para o efetivo processamento das informações: a) preparação, codificação, análise das respostas dos questionários e elaboração de relatório (Borges et al., 2016; Nascimento et al., 2017).

Foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo, método que permite explorar as respostas dos sujeitos, classificando-as em categorias que auxiliam na compreensão das informações (Silva; Fossá, 2015). A Análise de Conteúdo é apresentada em conformidade com as categorias: a) conhecimento sobre alimentos de produção agroecológica; b) produção de alimentos pelos agricultores; c) comercialização de alimentos; e d) olhar de agricultores familiares e consumidores sobre a Comunidade que Sustenta a Agricultura.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe, sob Parecer nº 3.676.702, e seguiu todos os requisitos éticos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caracterização socioeconômica

Foram realizadas sete entrevistas com agricultores familiares individuais e/ou cooperativados, e dez com consumidores das feiras de base agroecológica visitadas. Entre os consumidores, prevaleceram mulheres, adultas e idosas, que se identificaram em sua maioria pardas. A maior parte desse grupo de entrevistados declarou ter renda igual ou superior à cinco salários-mínimos.

Quanto aos agricultores, a maioria observada foi de mulheres, adultas e idosas, que se identificaram majoritariamente como pardas. A agricultura foi a única e/ou a principal atividade de sustento das famílias participantes da pesquisa. Todos os agricultores entrevistados declararam ter como principal fonte de renda a agricultura e somente dois deles relatou ter como receita complementar o auxílio de um Programa de transferência direta de renda. Do mesmo modo, apenas

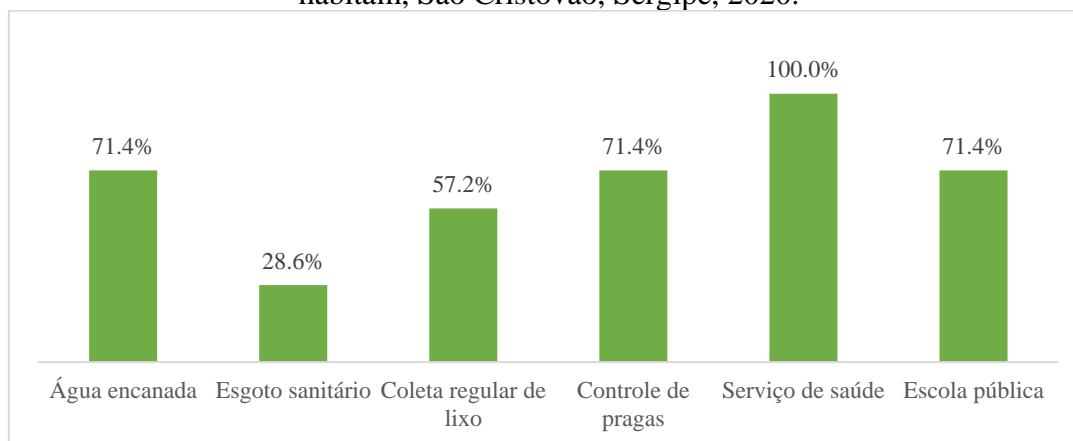
dois mencionaram o não-envolvimento de todos os membros da família em suas atividades produtivas na lavoura, por estudar em outra cidade ou por ser criança, sem idade o suficiente para trabalhar na produção de alimentos.

Os agricultores declararam renda mensal de, no máximo, dois salários-mínimos e baixa escolaridade. A literatura corrobora a vulnerabilidade social dos agricultores, sobretudo os brasileiros. Diversos estudos nacionais identificaram que os agricultores familiares apresentam rendimento mensal inferior a dois salários-mínimos vigentes no período das respectivas pesquisas, além de a grande maioria não chegar ao ensino médio (Barbosa *et al.*, 2020; Confort *et al.*, 2016; Francisco *et al.*, 2017; Martins Filho *et al.*, 2019).

Esse fato traz a luz a vulnerabilidade social historicamente enfrentada pelos trabalhadores do campo, especialmente na região Nordeste. A insuficiência de políticas públicas voltadas para minimizar a desigualdade em um país tão plural quanto o Brasil, bem como a falta de monitoramento da efetividade das políticas já existentes, podem ser fatores que contribuem para este cenário.

Nesse contexto, a Figura 1 mostra a distribuição de serviços públicos oferecidos nos locais em que os agricultores residem. Nota-se que, apesar da oferta de serviços públicos essenciais nas regiões em que essas famílias residem, ainda há carência de interesse governamental em melhorar a qualidade de vida na zona rural.

Figura 1 – Distribuição de serviços públicos oferecidos nas regiões onde os agricultores familiares habitam, São Cristóvão, Sergipe, 2020.



Fonte: De autoria própria.

Nos locais onde não há escola pública, os entrevistados relataram que a prefeitura disponibiliza um ônibus para buscar os estudantes na zona rural e levá-los até o perímetro urbano onde os centros educacionais se situam. A ausência de escolas públicas em algumas regiões do campo ocorre, muitas vezes, devido à inexistência de metas direcionadas à educação do campo, sobretudo quando comparadas às regiões urbanas. Oferecer transporte escolar, por exemplo, põe em risco a manutenção de escolas campesinas e estimula a saída de crianças e jovens do campo para a cidade,

de maneira indireta, fortalecendo a ideia de que no meio rural não há oportunidades de crescimento (Santos, 2018b).

A omissão de ações sanitárias, sobretudo no que diz respeito à coleta regular de lixo e ao esgotamento sanitário traz impactos negativos tanto para o meio ambiente, quanto para a saúde da população que reside nestas regiões, seja por ingestão de água contaminada ou contato direto com o esgoto. Além disso, em se tratando de produtores rurais orgânicos, esse contexto põe em risco a qualidade dos alimentos cultivados e a saúde dos consumidores. Desse modo, faz-se necessário que o poder público e os órgãos competentes desenvolvam ações efetivas para o saneamento básico ainda negligenciado no meio rural (Athaydes, 2019).

Em contraponto à realidade dos agricultores, o perfil de consumidores de feiras agroecológicas é caracterizado por melhores graus de escolaridade e renda. Corroborando esse achado, outros estudos apontam que o elevado nível socioeconômico dos consumidores direciona ao maior cuidado e preocupação com a qualidade dos alimentos que consomem (Galt, 2011; Mollers, 2014; Moreira; Fernandes; Martins, 2018; Souza; Melo; Silva, 2018). Assim, dos dez consumidores entrevistados, metade frequenta feiras agroecológicas há mais de quatro anos, com uma frequência de uma a três vezes no mês. Além disso, sete declaram comprar mais da metade dos alimentos nesses espaços.

Nas entrevistas aplicadas, foi possível observar a preocupação dos consumidores com a qualidade dos alimentos que ingerem.

Acho que pode ser um tanto egoísta ne, mas primeiramente pelo impacto que eu entendo que acontece na saúde de quem consome esses alimentos... e também (...) por eu ter uma noção melhor do que é que eu 'to' comendo (...) também por incentivar ne, por ser uma fonte de sustento dos trabalhadores. (Consumidor I)

Primeiro pela qualidade, saúde, o consumo mínimo possível de... de agentes tóxicos... que venha a agredir a saúde... então, sem agrotóxico é impossível ne, eu sei que é basicamente uma ilusão (risada) você não consumir agrotóxico, mas a gente faz o possível pra consumir o mínimo. (Consumidor II)

As falas dos consumidores demonstram interesses pessoais, sobretudo referentes à saúde, por parte dos consumidores de feiras agroecológicas. Segundo Moreira, Fernandes e Martins (2018), estudar as motivações desse público sobre o consumo de alimentos orgânicos, pode influenciar no aumento da demanda desse nicho, uma vez que é possível compreender as necessidades e expectativas desses consumidores e, com isso, viabilizar estratégias de atrair uma coletividade maior.

Nesse contexto, uma particularidade desse público é o fato de ser mais exigente e acreditar que o alimento isento de agrotóxicos/pesticidas e/ou sementes transgênicas proporciona benefícios à saúde (Castro *et al.*, 2020; Moreira; Fernandes; Martins, 2018). Este fato traz à luz a importância de ampliar os espaços de discussões mais profundas e políticas sobre o consumo de alimentos agroecológicos, para além das questões relacionadas à saúde.

Conhecimento sobre alimentos de produção agroecológica

Dos sete agricultores entrevistados, quatro participavam diretamente das atividades produtivas, os demais estavam envolvidos nas atribuições de comercialização e/ou capacitação técnica dos demais integrantes da família e cooperativados, conforme menciona o Agricultor I “Como eles já conhecem... aí quando tem, assim, um produtor que quer nessa região... que quer começar com orgânico, em vez deles [técnicos] vir, eles já ligam pra mim e mandam eu fazer o acompanhamento da pessoa.”

Quando questionados sobre a diferença entre alimento orgânico e o alimento de base agroecológica, cinco agricultores afirmaram ter esse conhecimento. Contudo, ao descrever o que difere os dois conceitos, apenas três souberam de fato distingui-los: “A base é agroecológica ne, porque a agroecológica vai agregar tudo... então se fala em agroecológica já fala sobre o meio ambiente, sobre orgânico... são essas coisas que é casado ne. (Agricultor I)”

Se eu planto agroecológico, eu posso ganhar o meu selo de qualidade, meu certificado (...) mas você fazer orgânico e na sua área não ser agroecológico, não trabalhar com agroecologia, ‘cê’ não pode bater no peito que seu produto todo é orgânico, porque você é orgânico, mas você cria um passarinho, você ‘judeia’ um cavalo (...) pra ser orgânico tem que ser agroecológico, e pra ser agroecológico tem que respeitar todas essas coisas. (Agricultor II)

Do mesmo modo, seis consumidores entrevistados afirmaram saber a diferença entre alimento orgânico e alimento da base agroecológica e apenas três fizeram a diferenciação corretamente, sendo estes os com maior grau de escolaridade e renda.

O que eu entendo é que o produto, pra ele ser orgânico não necessariamente ele é agroecológico... e que, na verdade eles fazem parte de uma mesma rede, só que não necessariamente o fato dele ser orgânico ele é agroecológico (...). Então, o que eu entendo por orgânico seria um alimento mais limpo, e agroecológico é que talvez não tivesse tanto impacto tanto no meio ambiente, quanto no meio ne, quem está inserido. (Consumidor II)

Na literatura, a agroecologia consiste em uma ciência que fornece bases científicas e técnicas para um modelo agrário a partir de agrossistemas sustentáveis (Altieri, 2013; Esteve, 2017; Souza; Santos; Bezerra, 2012). Dentro do escopo desta ciência, encontram-se diversos estilos de sistemas agrícolas sustentáveis, tais como a agricultura orgânica e biológica, a biodinâmica, a permacultura, entre outras (Almeida, 2012; Reiniger; Wizniewsky; Kaufmann, 2017). Assim, o alimento orgânico é um escopo da agroecologia.

Apesar de a maioria não saber diferenciar “alimento orgânico” de “alimento de base agroecológica”, todos os entrevistados afirmaram que os itens plantados em suas respectivas propriedades são orgânicos, levando em consideração, sobretudo, o não uso de agrotóxicos na rede produtiva. Os agricultores que souberam distinguir os conceitos reconheceram as limitações para uma produção totalmente orgânica, considerando a presença de vizinhos que fazem uso de pesticidas na região, conforme relatado pelo Agricultor III: “O orgânico, assim, eu acho que... como lá a gente não

somos totalmente orgânico... é um produto natural, mas não é 100% orgânico... porque a gente tem os nossos vizinhos que não são, os usineiros.”

A agricultura orgânica e a agroecologia diferenciam-se, sobretudo, na abrangência dos conceitos. Enquanto a agroecologia é uma ciência que abrange sistemas de produção social e ambientalmente justos, equânimes e sustentáveis, a agricultura orgânica é apenas um escopo da agroecologia (Gurjão, 2020; Pinton; Yannick, 2019).

A produção de base agroecológica demanda tecnologias que respeitem a natureza, trabalhando em conjunto com esta, visando manter ou alterar pouco o estado natural de equilíbrio entre a produção alimentar e o meio ambiente (Dubeux; Batista, 2017; Pinton; Yannick, 2019). Na agricultura orgânica, por outro lado, há uma sobrevalorização do alimento em si, em detrimento da forma como ele é produzido, levando em consideração, sobretudo, a ausência do agrotóxico.

Conduto, os conceitos de orgânico e agroecológico costumam ser popularmente confundidos, ou interpretados em sentidos opostos, sendo o orgânico ‘bom’ e o agroecológico ‘mau’, este erroneamente confundido com agronegócio. Este fato reforça a importância de difundir a agroecologia e discussões mais profundas e políticas em torno do seu conceito, a fim de evitar a recorrência desta confusão, bem como fomentar a soberania alimentar a partir do pleno entendimento e escolha dos alimentos a serem consumidos.

Quando o consumidor busca alimentos orgânicos, a sua função é a possibilidade de oferecer benefícios à sua saúde por não conter pesticidas, de modo que as preocupações ambientais e sociais intrínsecas à produção de alimento são consideradas motivações secundárias (Assis; Romero, 2002). Essa supervalorização do alimento orgânico sobre os de base agroecológica também pode ser notada no desconhecimento desses conceitos por parte dos consumidores.

Produção de alimentos pelos agricultores

Com relação aos alimentos mais produzidos, foi observada a prevalência de frutas regionais/sazonais, raízes, hortaliças e vegetais folhosos. Apenas um dos agricultores entrevistados produz alimentos da classe dos crucíferos (brócolis, couve-flor e outros). Essa limitação de variedades de cultivo faz com que os consumidores busquem outros locais para aquisição dos alimentos, conforme já mencionado.

A limitação supracitada também foi observada no estudo de Ferreira, Mota e Garcia (2019), que analisou a percepção de consumidores brasileiros frente aos alimentos orgânicos. No estudo, as barreiras mais citadas pelos consumidores em relação à aquisição de alimentos orgânicos dizem respeito à baixa variedade desses alimentos, havendo necessidade de buscar por outros.

Na produção de alimentos de base agroecológica, a rotação da cultura é fundamental para manter o equilíbrio entre o processo produtivo e o meio ambiente (Assis; Romero, 2002). Esse

processo exige, sobretudo, o respeito à sazonalidade e, conseqüentemente, limita a produção de alguns alimentos em determinados períodos do ano. Nesse sentido, todos os agricultores participantes afirmaram fazer a rotação do solo periodicamente à sua maneira.

Isso eu faço toda semana, porque faz plantação lá duas vezes por semana... então é o seguinte, se eu colher um canteiro de alface, os 'menino' já ficaram removendo a terra pra amanhã a gente colocar coentro nele (...) onde foi tirado o coentro, 'cê' pode vir com a alface, 'cê' pode vir com a cebolinha... nunca a gente planta a mesma cultura naquele mesmo canteiro. (Agricultor I)

Deixa 'pra' descanso, aí depois vai plantando, vai fazendo a rotação, planta outros tipos de cultura pra não ter pragas, doenças... sempre tem rotação... descanso de terra também (...) o descanso... assim, porque 'vareia' muito, porque a gente tem plantas anuais... que a gente deixa uns 6 meses... aí vai dependendo daquela plantação que foi naquele lugar. (Agricultor IV)

Essas ações de rotinas dos agricultores na produção agroecológica trazem à luz a importância de assistência e formação técnica periódicas dos produtores. Conforme visto, os produtores do estudo têm baixo nível educacional e, conseqüentemente, técnico, de modo que a forma de produção é, muitas vezes, empírica. Tal achado também foi identificado no estudo qualitativo de Rodrigues *et al.* (2019), realizado no Mato Grosso com cinco agricultores familiares, que sugere a necessidade de maiores esforços voltados para a capacitação dos agricultores, a fim de que estas formações direcionem a realização de técnicas corretas de manejo e, por consequência, aumentem a renda da propriedade. Nesse sentido, todos os agricultores afirmaram receber algum tipo de assistência técnica, seja por meio do governo, cooperativa ou instituições de ensino superior. Cinco deles afirmaram que essas capacitações ocorrem, pelo menos, uma vez ao ano.

Além da formação técnica dos agricultores familiares, é importante destacar a necessidade de apoio governamental, por meio de incentivos financeiros, para estes produtores. Mais da metade dos agricultores (57,1%) desse estudo participa de algum programa de incentivo à produção agrícola (Tabela 1). Historicamente, os pequenos agricultores sofrem intensa vulnerabilidade financeira, desde o cultivo dos alimentos até a sua distribuição para os consumidores (Mollers, 2014). Alguns estudos afirmam que incentivos como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) trazem impactos positivos não somente para a renda do agricultor, como também para a economia local, contribuindo para a redução da pobreza (Cardoso; Lourenzani; Amorim, 2020; Gomes; Mello, 2020; Sícoli, 2017) e aumentando, inclusive, o Produto Interno Bruto (PIB) (Gomes; Mello, 2020).

Apesar disso, esses programas, muitas vezes, não conseguem atender toda a demanda social e econômica da agricultura familiar (Sícoli, 2017). Pelo contrário, nos últimos anos tem-se notado sucessivos cortes e desmontes governamentais sobre eles. Diante disso, a CSA demonstra ter importante potencial econômico, tanto por ser um modelo de economia solidária capaz de aumentar

a oferta de empregos no campo, quanto por fortalecer a expansão de produtos de base agroecológica (Mollers, 2014).

Tabela 1– Distribuição dos agricultores familiares quanto ao recebimento de incentivos financeiros do governo e participação de grupos de organização social, São Cristóvão, Sergipe, 2021.

Variável	% (n)
<i>Programa de incentivo à produção agrícola</i>	57,1 (4)
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	28,6 (2)
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)	57,1 (4)
Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	14,3 (1)
<i>Grupo de organização social</i>	100,0 (7)
Associação	42,9 (3)
Sindicato	14,3 (1)
Cooperativa	57,1 (4)
Organização de Controle Social (OCS)	42,9 (3)

Fonte: De autoria própria.

Um aspecto positivo que merece destaque é a participação dos agricultores em grupos de organização social. Foi observado que todos os produtores participantes desta pesquisa estão inseridos em pelo menos um grupo. Essa inserção contribui tanto para aumentar a visão e compreensão política dos agricultores sobre suas lutas no campo, como para ser uma ponte de acesso às capacitações e assistenciais técnicas (Rodrigues et al., 2019).

No que diz respeito às principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores no processo de produção dos alimentos, destacam-se como principais problemas aqueles relacionados ao sistema de irrigação e à falta de mão-de-obra para auxiliar no cultivo. Dos sete agricultores entrevistados, apenas três afirmaram contar com suporte de funcionários externos, todos como diaristas.

A falta de mão-de-obra tem ocorrido no campo, muitas vezes, se dá devido ao êxodo rural que ainda é visto, seja pela vulnerabilidade social camponesa, seja pela falsa ideia de que no meio rural não há oportunidade de crescimento. Nesse sentido, o fortalecimento da educação técnica no/para o campo pode ser uma estratégia que contribua tanto para a redução dessa migração do campo para a cidade, quanto para a formação de uma geração de novos agricultores mais capacitados tecnicamente e com um maior potencial de desenvolvimento de renda no campo (Santos, 2018b).

Quando questionados sobre as dificuldades relacionadas à perda, sobressaltaram-se as perdas por pragas e por fatores climáticos, este último tendo direta relação com os problemas referentes ao sistema de irrigação. Diversos setores econômicos da sociedade estão sujeitos aos riscos de produção. Contudo, em se tratando da agricultura, esses riscos são ainda maiores, por envolver fatores que não podem ser, necessariamente, controlados, a exemplo de questões climáticas. Esse fato expõe o

agricultor familiar a perdas expressivas de suas lavouras, reafirmando ainda mais a vulnerabilidade desse grupo (Santos, 2018a). No atual modelo de produção e comercialização dos alimentos, esse risco acomete e tem sido de inteira responsabilidade apenas o agricultor.

Comercialização de alimentos

Com relação à comercialização dos alimentos produzidos pelos agricultores familiares, foi possível observar que estão presentes não somente nas feiras agroecológicas, como também em feiras convencionais, cestas periódicas, lojas comerciais, entre outros. Observou-se, também, que as feiras agroecológicas não são hegemônicas como principal fonte de lucro em detrimento aos outros estabelecimentos (Tabela 2).

Tabela 2 – Distribuição dos principais canais de comercialização dos agricultores familiares entrevistados, São Cristóvão, Sergipe, 2021.

Variável	% (n)
<i>Canais de comercialização dos alimentos</i>	
Feiras convencionais	28,6 (2)
Feiras agroecológicas	100,0 (7)
Consumidor individual/cestas periódicas	43,8 (3)
Lojas comerciais de produtos naturais (intermediárias privadas)	14,3 (1)
Cooperativa	28,6 (2)
Atravessador	28,6 (2)
<i>Canais de comercialização dos alimentos – Maior lucro</i>	
Feiras convencionais	28,6 (2)
Feiras agroecológicas	43,9 (3)
Consumidor individual/cestas periódicas	28,6 (2)

Fonte: De autoria própria.

Um estudo de Schultz, Souza e Jandrey (2017), realizado com agricultores orgânicos da Serra Gaúcha, observou que participar de mais de um canal de comercialização é positivo para o agricultor e economicamente mais rentável, sobretudo quando filiado a uma cooperativa ou associação (Schultz; Souza; Jandrey, 2017). Apesar disso, uma limitação de comercializar em locais diferentes de feiras agroecológicas é a dificuldade que os consumidores têm de distinguir o alimento orgânico/agroecológico dos convencionais.

Às vezes o público, por não reconhecer [o alimento orgânico], a gente sofre um pouquinho por isso... e a gente também 'ta' começando a sofrer um pouco com outras pessoas (...) eu já percebi muita gente 'ta' vendendo produto dizendo que é orgânico sem ser... pessoas do próprio mercado, que vende convencional... as pessoas que não sabe onde é nossa banca e "ah, onde tem orgânico?" "não, aqui é orgânico" aí o cliente sem saber vai e compra... ai acaba que isso atrapalha um pouco a gente. (Agricultor IV)

Esse contexto remete, mais uma vez, à supervalorização do alimento orgânico por parte dos consumidores que, em sua maioria, têm pouco conhecimento sobre o tema. Tal fato pode promover, inclusive, a atribuição de preços mais elevados aos orgânicos (Assis; Romero, 2002), bem como disseminação da falsa ideia de que esses alimentos não são acessíveis financeiramente.

Apesar das queixas e insatisfações, a maioria dos entrevistados (71,4%) declararam estar satisfeito (nível maior que 4, em uma escala de 1 a 5) com o atual modelo de comercialização dos alimentos. Por outro lado, um estudo de revisão, desenvolvido em 2018 selecionando trabalhos relativos a experiências no Estado de São Paulo, observou que, diferente dos modelos convencionais de comercialização de alimentos, as experiências baseadas em economia solidária, a exemplo da CSA, dispõem de maiores vantagens, inclusive financeiras, tanto para os agricultores, quanto para os consumidores (Mira *et al.*, 2018).

Olhar de agricultores familiares e consumidores sobre a Comunidade que Sustenta a Agricultura

Quando questionados sobre a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), a maioria dos entrevistados, tanto agricultores quanto consumidores, desconhecia o movimento, e mesmo aqueles que afirmaram conhecê-lo, não souberam descrever do que se tratava.

Tabela 3 – Distribuição de conhecimento e perspectiva sobre a Comunidade que Sustenta a Agricultura, por parte dos agricultores familiares e consumidores de base agroecológica, São Cristóvão, Sergipe, 2020.

Variável	% (n)
<i>Agricultores</i>	
Conhece CSA	28,6 (2)
Acredita ser possível definir custos em conjunto	71,4 (5)
Acredita ser possível definir alimentos produzidos em conjunto	100,0 (7)
Aplicaria a CSA na realidade de hoje	85,7 (6)
Participaria de uma CSA	100,0 (7)
<i>Comunidade</i>	
Conhece CSA	20,0 (2)
Acredita ser possível definir alimentos produzidos em conjunto	70,0 (7)
Aplicaria a CSA na realidade de hoje	80,0 (8)
Participaria de uma CSA	70,0 (7)

Fonte: De autoria própria.

No que diz respeito à ideia de pagar antecipadamente pelo conjunto de alimentos, como forma de investimento, houve algumas divergências quanto ao posicionamento dos agricultores e dos consumidores. Enquanto para os agricultores foi considerado um aspecto bastante positivo e benéfico: “Bom era, porque nada não a gente tem dinheiro pra produzir, tem vez que a gente não produz porque

não tem dinheiro, mas desse jeito... é uma boa ideia viu.” (Agricultor II), “Acho bom, porque assim a gente investe mais né? na plantação, diversidade também.” (Agricultora V); para alguns consumidores foi demonstrada insegurança.

Conforme já mencionado, um dos principais problemas enfrentados pelos pequenos agricultores é a vulnerabilidade financeira. Diante disso, a CSA fornece meios de um planejamento efetivo da produção, uma vez que todas as variáveis do cultivo, desde os custos até a variedade de alimentos, são definidas e acertadas coletivamente antes de iniciar o plantio (Mollers, 2014). Nesse contexto, os consumidores que apreciaram a ideia de pagar antecipadamente, mostraram um olhar que dialoga com os princípios de corresponsabilidade da CSA. Para eles “daria um ponta pé (...) de incentivo ‘pra’ eles [agricultores] plantarem, já que ‘taria’ dando dinheiro assim antecipadamente, meio que ele [agricultor] contaria com isso (...) como um incentivo.” (Consumidor II)

O planejamento coletivo proposto pela CSA é fundamental para que o agricultor tenha segurança e possa superar as dificuldades comumente enfrentados no modelo convencional de compra e venda dos alimentos. Ao serem questionados sobre a possibilidade de compartilhar riscos, tanto os agricultores, quanto os consumidores afirmaram que essa é uma proposta mais justa, “um ato bem honesto (...) e de respeito com o próximo, diferente do que a gente observa hoje em dia” (Consumidor III). Eles acreditam que “compartilhar é melhor, porque se você for fazer uma coisa só pra você correr o risco, então a outra pessoa não perde nada, ela só ganha... se você compartilhar o prejuízo e o lucro... se der lucro vai pros dois, se der prejuízo vai pros dois também” (Agricultor II).

A revisão da literatura sobre as experiências no Estado de São Paulo observou que as pessoas que optam por participar de uma CSA o fazem por questões relacionadas ao meio ambiente, à aproximação da relação agricultor-consumidor e, sobretudo, às influências ideológicas (Mira *et al.*, 2018). Todos esses fatores são, por sua vez, maiores que a ideia de risco compartilhado, especialmente por levar em consideração a justiça social. Apesar de aceitar bem a ideia de compartilhar os riscos, um dos agricultores ressaltou a importância do diálogo e da organização para que os prejuízos sejam evitados.

Apesar de assim, acredito que primeiramente seria conversar com os agricultores... assim, definir a comunidade que tem interesse, e conversar com os agricultores pra eles manterem uma certa organização na questão da produção... porque você sabe que você corre o risco de ter perdas, ‘cê’ planta um pouquinho a mais do que você tinha planejado... sabendo que você pode ter outras formas de escoar esse produto, vamos dizer. (Agricultor IV)

Por se fundamentar em um acordo contratual de corresponsabilidade, na CSA, o consumidor, também compreendido como coagricultor, compartilha o risco da produção que está inerente ao processo. A partir desse acordo, as finanças de produção tornam-se mais transparentes, possibilitando que os consumidores cubram o custo real da produção dos alimentos e a renda do produtor (Perez; Brown; Miles, 2005). Assim, os consumidores participam, inclusive, no planejamento orçamentário

necessário para todo o processo de cultivo dentro de um período previamente determinado pelo grupo (Amorim, 2018).

Além disso, os acordos de uma CSA trazem segurança tanto para os consumidores, em não haver alterações de preço dos alimentos de acordo com as regras de mercado, quanto para os agricultores, em assegurar o sustento financeiro, independente do modelo convencional de comercialização. Este fato ficou ainda mais reforçado e foi percebido majoritariamente pelos produtores, durante as restrições ocasionadas pelo COVID-19.

No que diz respeito às possíveis dificuldades a serem enfrentadas em um modelo de CSA, foram destacada a necessidade do diálogo entre os atores envolvidos, “porque hoje a maioria das pessoas... todo mundo tem seu jeito de falar né? de se comunicar... ter um diálogo primeiro” (Agricultor VII). Além disso, os consumidores pontuaram aspectos como acompanhamento do processo de produção dos alimentos e o risco de perder dinheiro.

“Se eu tivesse que ir no lugar acho que seria uma limitação por conta do deslocamento ne, que normalmente acontece no interior e eu moro aqui na capital, então isso seria meio que uma limitação (...) acho que talvez isso demandasse um certo tempo ne, depender de onde fosse conversado.” (Consumidor I)

“Uma é o risco ne, que nem todo mundo pensa em alimentação com o risco de perder dinheiro... de dinheiro no sentido de investimento ne, capital é outra coisa... mas assim, talvez o risco de perda, de não se satisfazer no final... talvez seja algo dificultador ne.” (Consumidor IV)

Essas dificuldades devem ser bem discutidas no momento de formação e continuamente, uma vez que na CSA os consumidores não se restringem ao suporte meramente financeiro. O estreitamento das relações, como base dos seus princípios, permite que os coagricultores ofereçam, também, serviços braçais no processo de cultivo dos alimentos. Dessa forma, com o maior contato deles com o campo, há o aumento da conscientização das limitações sazonais, climáticas e de regionalidade (Amorim, 2018).

Como possíveis soluções para essas dificuldades, existem atualmente diferentes modelos de assinatura da CSA, através das quais o consumidor recebe caixas de alimentos semanalmente, mensalmente ou trimestralmente, a partir de contratos realizados virtualmente, sobretudo nos centros urbanos (Perez; Brown; Miles, 2005; Soil Association, 2012). Porém, existem críticas sobre estes formatos de consórcio, uma vez que reforça o afastamento entre os produtores e os consumidores, sem que seja estabelecida uma relação de corresponsabilidade no processo de produção, como é recomendado pela proposta (Perez; Brown; Miles, 2005), limitando-se à uma relação mais financeira, de modo a reforçar a ideia de alimento como mercadoria. Apesar disso, importante ter em mente que os modelos de CSA refletem a cultura das comunidades a que servem, a capacidade das propriedades produtoras e dos próprios agricultores (Soil Association, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo reforça a situação de vulnerabilidade social e financeira à qual os agricultores familiares estão expostos. Os produtores apresentam baixos salários e níveis de escolaridade, além de serem privados de serviços essenciais, como saneamento básico, e políticas públicas. Por outro lado, os consumidores das feiras agroecológicas apresentam melhores condições financeiras, com elevado nível educacional.

O baixo conhecimento no que diz respeito aos alimentos orgânicos em detrimento dos agroecológicos pode ser observado tanto por parte dos agricultores, quanto dos consumidores. Esse fato tem contribuído para uma supervalorização do orgânico, sobretudo pelo conceito ser mais difundido na sociedade, independente das diversas variáveis de produção, que incluem o meio ambiente e os processos de trabalho mais justos.

Por fim, os agricultores enxergam na CSA uma oportunidade de segurança e renda em garantir o sustento financeiro, independente do modelo convencional de comercialização, enquanto os consumidores têm perspectivas mais relacionadas a interesses pessoais de saúde, bem como justiça social e solidariedade com os agricultores. Além disso, o contexto da COVID-19 reforçou ainda mais a necessidade de cadeias curtas de alimentos, a exemplo da CSA, como um modelo seguro de distribuição e acesso aos alimentos, tanto para os produtores quanto para os coagricultores. Assim, a maioria dos participantes deste trabalho afirmaram ter interesse em participar de uma CSA no estado de Sergipe. Deste modo, conclui-se que a CSA tem espaço para crescimento em Sergipe, tanto por parte dos agricultores quanto dos consumidores. Vale ressaltar que uma limitação deste estudo, sobretudo no que tange ao número de entrevistados, foi a urgente necessidade de isolamento social devido à pandemia do COVID-19.

REFERÊNCIAS

ABEP. *Crítério de Classificação Econômica do Brasil*. São Paulo: Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, 2019.

ALMEIDA, João Antônio Firmato De. *Agroecologia*. 1. ed. Ilhéus: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2012.

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2013. DOI: 10.1192/bjp.112.483.211-a.

AMORIM, Joana. *Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) em São Paulo e Agricultura Solidária (SoLaWi) na Alemanha: construindo indicadores sociais, econômicos e ambientais*. Universidade Estadual de São Carlos, Araras, 2018. Disponível em:

https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/10377/AMORIM_Joana_2018.pdf?sequence=4&isAllowed=y. Acesso em: 9 nov. 2019.

ASSIS, Renato Linhares De; ROMERO, Ademar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 6, p. 67–80, 2002. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v6i0.22129>.

ATHAYDES, Tiago Vinicius Silva. *Sistemas de tratamento de esgoto no meio rural: uma avaliação de experiências do município de Francisco Beltrão, Iratama e Campo Mourão/PR*. 2019. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2019.

BARBOSA, Tiago da Costa Silva; FREITAS, Webiston Nicolau De; DIAS, Izonaldo Monteiro; LIMA BRITO, Jonas Antônio De; COSTA, Nayara Magda Gomes Barbosa Da; SOUSA, Maria Fabíola De; ARRAIS, Miranilson Miguel. Perfil socioeconômico e ambiental de agricultores familiares em um assentamento rural no estado do piauí. *Brazilian Journal of Development*, [S. l.], v. 6, n. 6, p. 41856–41865, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n6-647.

BORGES, Anelise Miritz; BONOW, Clarice Alves; SILVA, Mara Regina Santos Da; ROCHA, Laurelizze Pereira; CEZAR-VAZ, Marta Regina. Agricultura familiar e a conservação da saúde humana e ambiental. *Revista Brasileira de Enfermagem*, [S. l.], v. 69, n. 2, p. 326–334, 2016. DOI: 10.1590/0034-7167.2016690216i.

BRASIL. *Regionais Brasileiros*. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

CARDOSO, Antônio José Costa; SIMONI, Carmen De. *Planejamento estratégico em saúde: negociando a mudança organizacional*. 1. ed. Brasília: Fiocruz, 2007.

CARDOSO, Vitória Aparecida; LOURENZANI, Ana Elisa Bressan Smith; AMORIM, Fernando Rodrigues De. A importância do PNAE para a renda dos agricultores familiares no Município de Tupã-SP. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 9, n. 8, 2020.

CARNEIRO, Fernando Ferreira; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva; RIGOTTO, Raquel Maria; FRIEDRICH, Karen; BÚRIGO, André Campos. *Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. v. 1 DOI: 10.1017/S0954422408138732.

CASTRO, Myrianlene Moura; CASTRO, Tamyres Moura; ALVES, Maria Viviane Balbino Duarte; ANGELIM, Angélica Maria; FERNANDES, Francisco Eden Paiva; SOUSA, Keila Maria Pereira De. Perfil e percepção dos consumidores de produtos agroecológicos em feira livre. *Cadernos de Agroecologia*, [S. l.], v. 15, n. 2, 2020.

CONE, Cynthia Abbott; MYHRE, Andrea. Community-supported agriculture: A sustainable alternative to industrial agriculture? *Human Organization*, v. 59, n. 2, p. 187–197, 2000. DOI: 10.17730/humo.59.2.715203t206g2j153.

CONFORT, Adriana Madeira Álvares da Silva *et al.* Perfil Socioeconômico de Agricultores Familiares do Município de Muniz Freire, Espírito Santo Resumo. *Revista Guarará*, n. 5, 2016. DOI: <https://doi.org/10.30712/guara.v1i5.14351>

CSA BRASIL. *CSA Brasil | Comunidade que Sustenta a Agricultura*. 2022. Disponível em: <http://csabrasil.org/csa/>. Acesso em: 9 jun. 2022.

DUBEUX, Ana; BATISTA, Marcela. Agroecologia e Economia Solidária: um diálogo necessário à consolidação do direito à soberania e segurança alimentar e nutricional. *Agroecologia e Economia*

Solidária: um diálogo necessário à consolidação do direito à soberania e segurança alimentar e nutricional, v. 22, n. 2, p. 227–249, 2017. DOI: 10.17058/redes.v22i2.9340.

EMBRAPA. Agricultura Familiar No Brasil. Sete Lagoas: Embrapa, 2013. 68p.

ESTEVE, Esther Vivas. *O negócio da comida: quem controla nossa alimentação?* 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017. Disponível em:

http://economia.gencat.cat/web/.content/70_economia_catalana/arxius/diversos/ne-97-98_e_ruiz-avila.pdf. Acesso em: 19 mai. 2019.

FERREIRA, Bruna Jungle; MOTA, Ender da Silva; GARCIA, Sheila Farias Alves. Percepção dos consumidores brasileiros frente aos alimentos orgânicos: um estudo exploratório acerca dos atributos, benefícios e barreiras. *Brazilian Journal of Development*, v. 5, n. 10, p. 19739–19769, 2019. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv5n10-188>

FRANCISCO, Davi; PEREIRA, Santos; SANTOS, Elton Lima; LIMA, Misleni Ricarte De. Grau de escolaridade e ocupação de produtores em assentamentos do município de Maragogi-AL. *Anais do 19o Congresso Brasileiro de Catálise*. Rio Largo: IX Congresso Mercosul de Catálise, 2017.

GALT, Ryan E. Counting and mapping Community Supported Agriculture (CSA) in the United States and California: Contributions from critical cartography/GIS. *Acme*, v. 10, n. 2, p. 131–162, 2011. Disponível em: <https://acme-journal.org/index.php/acme/article/view/892>. Acesso em: 17 dez. 2019.

GOMES, Ignácio Nunes De; MELLO, Simone Portella Teixeira De. Os efeitos da concessão de crédito rural no sul do Brasil no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 7, p. 1–20, 2020.

GURJÃO, André. *As diferenças entre orgânicos, agroecológicos e em transição*. 2020.

IBGE. Questionário Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017, p. 1–10.

MARTINS FILHO, José Bonifácio; MENESES, Klara Cunha De; COUTINHO, Renata Santos; REINALDO, Lindykeila Ferreira; PIRES, Isabela Cristina Gomes; FERRÃO, Gregori Da Encarnação. Perfil socioeconômico e práticas agrícolas de agricultores familiares no município de Chapadinha (MA). *Natural Resources*, v. 9, n. 1, p. 1–10, 2019. DOI: 10.6008/cbpc2237-9290.2019.001.0001.

MIRA, Pamella Mattar; IUNES, Camila Silva; RAMOS-FILHO, Luiz Octávio; NEVES, Marcos Corrêa; QUEIROGA, Joael Leandro De. Consumo Responsável e Economia Solidária como Estratégia de Comercialização para Agricultura Familiar. *Agroecol*, Mato Grosso do Sul, 2018. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/193583/1/2018AA56.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2021.

MOLLERS, Birhala Brindusa Juith. *Community supported agriculture in Romania: Is it driven by economy or solidarity?* Germany: Leibniz Institute of Agricultural Development, 2014.

MOREIRA, Maria Elisa Tavares; FERNANDES, Raquel Aragão Uchoa; MARTINS, Marcelo Machado. *Da Terra à Mesa: Narrativas de Consumidores sobre Motivação para o Consumo de Alimentos em 2 Feiras Agroecológicas de Recife*. Dossiê Consumo e Subjetividade. Arquivos Do CMD, v. 6, n. 2, p. 12–30, 2019. DOI: <https://doi.org/10.26512/cmd.v6i2.22461>.

- NASCIMENTO, Lilian Cristina Gomes; PEREZ, Javier Tejero; PEREIRA, Monica Cecília Santana; SCHULLER, Juliana Aparecida de Paula; TONELLO, Maria Georgina Marques. Um Estudo Exploratório Sobre O Uso de Softwares em Pesquisas Qualitativas: um aparte no âmbito da Educação Física. *Revista Corpoconsciência*, v. 19, n. 2, p. 25–36, 2017.
- PEREZ, Jan; BROWN, Martha; MILES, Albie. *Teaching Direct Marketing and Small Farm Viability*. 2. ed. Santa Cruz: Center for Agroecology & Sustainable Food Systems, 2005.
- PINTON, Florence; YANNICK, Sencébé. Soberania versus segurança alimentar no Brasil: tensões e oposições em torno da agroecologia como projeto. *Estudos Sociedade e Agricultura*, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 24, 2019. DOI: 10.36920/esa-v27n1-2.
- REINIGER, Lia Rejae Silveira; WIZNIEWSKY, José Geraldo; KAUFMANN, Marielen Priscila. *Princípios de agroecologia*. 1. ed. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2017.
- RODRIGUES, José Alesando; JUNIOR, Santino Seabra; ROBOREDO, Delmonte; CAIONI, Charles; SCHEUER, Junior Miranda. Sustentabilidade socioambiental dos agricultores familiares vinculados a mercados institucionais em Alta Floresta, Mato Grosso. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 1–10, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.5892/ruvrd.v17i2.5277>.
- SANTOS, Filipe Augusto de Almeida. *Revisitando o seguro da agricultura familiar brasileira*. Brasília: Universidade de Brasília, 2018a.
- SANTOS, Marilene. Educação do campo no plano nacional de educação: Tensões entre a garantia e a negação do direito à educação. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 26, n. 98, p. 185–212, 2018. b. DOI: 10.1590/S0104-40362018002600965.
- SCHULTZ, Glauco; DE SOUZA, Marcelino; JANDREY, Willian. Motivações e acesso aos canais de comercialização pelos agricultores familiares que atuam com produção orgânica na Região da Serra Gaúcha. *Redes*, v. 22, n. 3, p. 273–291, 2017. DOI: 10.17058/redes.v22i3.7627.
- SÍCOLI, Juliana Lordello. *O Papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Fortalecimento da Agricultura Familiar e Promoção da Segurança Alimentar*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.
- SILVA, Andressa Henning; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. *Qualitas Revista Eletrônica*, v. 17, n. 1, 2015.
- SOIL ASSOCIATION. *A Share in the Harvest: an action manual for Community-Supported Agriculture*. 2. ed. South Plaza: Soil Association, 2012.
- SOUZA, Anelise Andrade De; SANTOS, Peterson Cleber Teixeira Dos; BEZERRA, Olívia Maria de Paula Alves. *Agroecologia*. 1. ed. Ouro Preto: Converso Comunicação, 2012.
- SOUZA, Lucas Nobre De; MELO, Marcelle Borges; SILVA, Danielle Wagner. Caracterização do perfil dos consumidores da Feira de Produtos Orgânicos do município de Santarém, Pará. *Cadernos de Agroecologia*, Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF, v. 13, n. 1, p. 7, 2018.\
- STRATE, Mirian Fabiane; SANGALLI, Adriana Rita; MIRANDA, Tatiana Mota; SOUZA, Gabriela Coelho De. Sistemas agroflorestais: agrobiodiversidade, soberania, segurança alimentar e

nutricional na promoção de saúde frente a pandemia da Covid 19. *Cadernos de Agroecologia*, Anais do 1º Congresso On-line Internacional de Sementes Crioulas e Agrobiodiversidade - Dourados, Mato Grosso do Sul, v. 15, n.º. 4, 2020.

VASQUEZ, Angie; SHERWOOD, Nancy E.; LARSON, Nicole; STORY, Mary. Community-Supported Agriculture as a Dietary and Health Improvement Strategy: A Narrative Review. *Journal of the Academy of Nutrition and Dietetics*, v. 117, n. 1, p. 83–94, 2017. DOI: 10.1016/j.jand.2016.09.029.

WOJCICHOSKI, Nicole de Souza; GUERIN, Marina; SALVAGNI, Julice. As corporações do setor agropecuário: uma análise dos impactos ambientais na produção e consumo de animais. In: CALGARO, Cleide (org.). *Constitucionalismo e Meio Ambiente, Tomo IV: diretrizes de políticas públicas socioambientais*. 1. ed. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021. p. 999. DOI: 10.22350/9786559170807 Disponível em: <http://www.editorafi.org>. Acesso em: 29 mar. 2021.